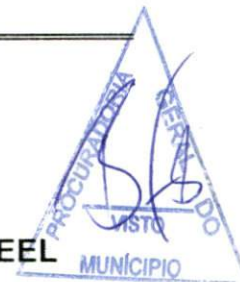




FLS. 68 PROC. 105/18

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PARECER JURÍDICO DE LICITAÇÃO

PARECER JURÍDICO



PROCESSO Nº: 105/2018 – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2018-SEMEEL

INTERESSADO (A): SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

ASSUNTO: ANÁLISE DA MINUTA DO EDITAL E MINUTA DO CONTRATO. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL.

DO RELATÓRIO

Trata-se de processo de despesa solicitado pelo Ofício nº 209/2018 oriundo da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer encaminhado à Excelentíssima Senhora Prefeita, ensejando a emissão de Parecer Jurídico acerca da análise das minutas anexas, para os fins do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, cujo CHAMAMENTO PÚBLICO tem por objeto "o CREDENCIAMENTO de Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações para a aquisição de gêneros alimentícios (frutas, legumes e verduras) destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Lei nº 11.947 e Resolução CD/FNDE nº 38/2009, ambas de 16/07/2009 para o ano letivo de 2018, das Unidades de Educação Infantil (UEIS) e do ensino Fundamental das Escolas Filantrópicas".

Os autos, contendo 01 (um) volume e 67 (sessenta e sete) fls., foram regularmente formalizados, conforme dispõe a Lei de Licitações e Contratos. Vieram instruídos com os seguintes documentos, no que importa à presente análise:

1. Ofício de nº 209/2018 da Secretaria competente, solicitando abertura do procedimento, com autorização da Excelentíssima Senhora Prefeita (fl. 01);
2. Termo de Referência (fls. 02-06);
3. Tabela (fl. 07);
4. Cotação de Preços da COOPERATIVA DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE MOSSORÓ E REGIÃO (fls. 08-09);



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PARECER JURÍDICO DE LICITAÇÃO



5. Cotação de Preços da COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL POTIGUAR (fls. 10-11);
6. Solicitação de Despesa (fls. 12-14);
7. Pré-Empenho com Parecer da Controladoria Geral do Município e Autorização da Excelentíssima Senhora Prefeita (fls. 15-17);
8. Listagem de Licitação por Intervalo de Números (fl. 18);
9. Termo de Autuação (fl. 19);
10. Minuta do Edital (fls. 20-51);
11. Minuta do Contrato (fls. 52-66);
12. Despacho (fl. 67).

Além destes documentos, não é de conhecimento desta Procuradoria a existência de qualquer outro ato praticado ou documento produzido no que se refere ao objeto da presente consulta.

DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O processo foi remetido a esta Procuradoria pela Comissão Permanente de Licitação do município de Mossoró/RN, para análise dos aspectos jurídicos das minutas anexas.

A necessidade de emissão de Parecer Jurídico acerca legalidade administrativa das minutas referentes a procedimentos licitatórios encontra fundamentação no artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Neste sentido, a presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessora no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos das minutas e seus anexos.

Deste modo, nossa função é de apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessora, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em



FLS. 70 PROC. 105/18

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PARECER JURÍDICO DE LICITAÇÃO



relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos e imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

De acordo com o Enunciado nº 07 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU, aplicável ao caso, "o Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade".

De outro lado, cabe esclarecer que, em geral, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos.

É nosso dever salientar que determinadas observações são feitas **sem caráter vinculativo**, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de **responsabilidade exclusiva** da Administração.

Cumprе mencionar que este Parecer é meramente opinativo, deste modo, não há determinação legal que imponha a fiscalização posterior de cumprimento das recomendações realizadas no Parecer Jurídico.

Além disso, o mérito administrativo da despesa não sofrerá análise, por se entender que tal averiguação é prerrogativa do Ordenador de Despesa, restringindo-se o presente Parecer à análise dos aspectos formais e técnico-jurídicos concernentes às minutas anexas.

DOS ASPECTOS FORMAIS E TÉCNICO-JURÍDICOS E ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE ELEITA

O mérito administrativo da despesa não sofrerá análise, por se entender que tal averiguação é prerrogativa do Ordenador de Despesa, cingindo-se o presente parecer aos aspectos formais e técnico-jurídicos.

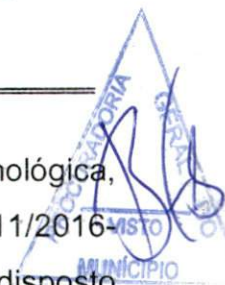


PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO DE LICITAÇÃO

FLS. 71 PROC. 105/18



O processo deve estar devidamente autuado em sequência cronológica, numerado e rubricado, em atendimento ao que recomenda a Resolução nº 011/2016-TCE, de 09 de junho de 2016, em seu art. 15, bem como em obediência ao disposto no art. 38, *caput* da Lei nº 8.666/93.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, XXI, tornou o processo licitatório *conditio sine qua non* para contratos – que tenham como parte o Poder Público – relativos a obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos especificados na legislação.

Logo, toda licitação deve ser pautada em princípios e regras previstas no texto constitucional.

O Chamamento Público é um instituto particular com previsões específicas em lei própria, isto é, a Lei nº 13.019/2014, podendo adotar, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93.

De acordo com o artigo 2º desta Lei:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

[...];

XII - chamamento público: procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;

Além disso, a disciplina do Chamamento, bem como seus requisitos vêm descritos na Seção VII desta Lei.

O sistema de credenciamento permite a seleção de potenciais interessados para posterior contratação, quando houver interesse na prestação do serviço pelo maior número possível de pessoas, no caso, o interesse é a captação de recursos pelo maior número de interessados possível.

A partir de condições previamente estipuladas por regulamento do Poder Público para o exercício de determinada atividade, todos os interessados que preencherem as respectivas condições serão credenciados e poderão firmar contrato com a Administração. Não há, portanto, competição entre interessados para a escolha



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO DE LICITAÇÃO

FLS. 22 PROC. 105/18



de um único vencedor, mas, sim, a disponibilização universal do objeto para todos os interessados que preencherem as exigências previamente estabelecidas pelo Poder Público.

No que tange à Agricultura Familiar, esta é regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Em relação a aquisição de alimentos, a Resolução trata sobre nos artigos 18 e seguintes, o que deve ser observado por esta municipalidade, vejamos:

Art. 18 Os recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE serão utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios.

Parágrafo único. A aquisição de qualquer item ou serviço, com exceção dos gêneros alimentícios, deverá estar desvinculada do processo de compra do PNAE.

Art. 19 A aquisição de gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista, observando as diretrizes desta Resolução e deverá ser realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, priorizando os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.

Art. 20 A aquisição de gêneros alimentícios para o PNAE deverá ser realizada por meio de licitação pública, nos termos da Lei nº 8.666/1993 ou da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou, ainda, por dispensa do procedimento licitatório, nos termos do art. 14 da Lei nº 11.947/2009.

§1º Quando a EEx. optar pela dispensa do procedimento licitatório, nos termos do art. 14, §1º da Lei nº 11.947/2009, a aquisição será feita mediante prévia chamada pública.

§2º Considera-se chamada pública o procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações.

Art. 21 Será dada, mensalmente, publicidade das informações referentes ao processo de aquisição de gêneros alimentícios em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público.

Parágrafo único. A publicidade deverá ocorrer ainda em jornal diário de grande circulação no estado e também, se houver, em jornal de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PARECER JURÍDICO DE LICITAÇÃO



grande circulação municipal ou região onde serão fornecidos os gêneros alimentícios.

Ainda, acerca da temática, podemos citar a Lei nº 11.947, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

Realizada essas ponderações prévias no que tange aos aspectos formais e técnico-jurídicos aplicados a este procedimento, convém aplica-los ao caso concreto ora posto.

DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2018-SEMEEL

Com base nas informações constantes nos autos deste processo administrativo de CHAMAMENTO PÚBLICO, solicitado pela Secretaria competente, e feita a análise minuciosa da documentação encaminhada pela Comissão Permanente de Licitação, concluímos o seguinte:

1. O processo está devidamente autuado em sequência cronológica, numerado e rubricado, como recomenda a Resolução nº 011/2016-TCE, de 09 de junho de 2016, em seu art. 15, bem como em obediência ao disposto no art. 38, *caput* da Lei nº 8.666/93;
2. Acerca da Justificativa para a realização do procedimento observa-se a sua inclusão na fl. 01 (ofício), contudo, não convém a esta Procuradoria adentrar ao mérito, visto ser esse um ato atribuído à autoridade competente (ou, por delegação de competência, ao ordenador de despesa ou, ainda, ao agente encarregado da contratação no âmbito da Administração), a quem cabe indicar os elementos técnicos fundamentais que o apoiam;
3. Recomenda-se que se observe os termos da Lei nº 11.947 e da Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013 e da Lei nº 11.947. No que tange à possibilidade de realização da CHAMADA PÚBLICA para aquisição desses



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PARECER JURÍDICO DE LICITAÇÃO



gêneros alimentícios, a sua disciplina se encontra no art. 20, §§ 1º e 2º desta Resolução, já transcrito neste Parecer, observando a possibilidade de se realizar a contratação por chamada;

4. Em atendimento à exigência legal, foi juntado nos autos o Termo de Referência afeto à contratação futura ora pretendida;
5. Superadas as etapas relativas ao planejamento da contratação, como a definição do objeto e a indicação de onde serão empregados os recursos obtidos, torna-se possível ao gestor avaliar a oportunidade e a conveniência de se realizar a contratação;
6. Também deve ser designada, pela mesma autoridade, a Comissão Permanente de Licitação, integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do município de Mossoró/RN. Neste sentido, recomenda-se que se anexe a Portaria de nomeação da CPL;
7. Da análise da Minuta do Edital acostada aos autos vislumbramos o atendimento ao disposto no artigo 24, § 1º da Lei nº 13.019/2014, bem como artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores;
8. Quanto à Minuta contratual, observamos que atende satisfatoriamente aos artigos 55 e 61 da Lei Federal nº 8.666/93, observando-se o artigo 62, *caput* e § 2º, da citada lei;
9. No que tange aos aspectos gerais do procedimento, observa-se o respeito às condições impostas pela Lei nº 13.019/2014, bem como às diretrizes constitucionais e da Lei de Licitações e Contratos.

Neste sentido, cumpre mencionar que a Licitação será processada em observância aos termos da Lei nº 13.019/2014, Lei nº 8.666/93, e da Constituição Federal de 1988 e alterações posteriores desses diplomas.

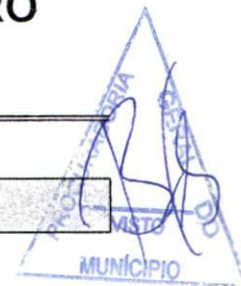


PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO DE LICITAÇÃO

FLS. 25 PROC. 905/18



DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, analisadas as Minutas disponibilizadas sob o aspecto jurídico-formal, abstraídas quaisquer questões relativas ao mérito do ato administrativo, sobre os quais não cabe a esta Procuradoria se manifestar, aprova-se as minutas anexas, nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, desde que sejam observadas todas as recomendações mencionadas anteriormente, bem como, devendo ser atendidos todos os requisitos legais inerentes à espécie, e se dê a devida publicidade que o caso requer.

Não se incluem no âmbito de análise da Procuradoria os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente

Cumprе ressaltar, por fim, que este Parecer é meramente opinativo.

É o parecer,

Salvo melhor juízo.

Mossoró/RN, 29 de maio de 2018.

BRENA CHRISTINA FERNANDES DOS SANTOS

Parecerista Jurídica – OAB/RN 14405